



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/04/2016

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CORREGEDOR (A).....	1
1.2. JUÍZES.....	2
1.3. SINDJUS.....	3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DECISÕES.....	4
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	5
3.2. JUÍZES.....	6
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	7
4.2. OBRAS / REFORMAS.....	8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	9
5.2. AÇÕES CORREGEDORIA.....	10
5.3. COMARCAS.....	11
5.4. JUÍZES.....	12 - 13
5.5. OBRAS / REFORMAS.....	14
5.6. PLANTÃO NO TJMA.....	15
5.7. PRESIDÊNCIA.....	16
5.8. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	17
5.9. SINDJUS.....	18



Os anfitriões entre Gerson Costa Filho e Mariléa, Milena e Jamil Gedeon Neto

JANTAR

de comida brasileira com técnicas francesas



Camila Ramos e o Chef Júnior Nascimento

A advogada e empresária Camila Ramos recebeu, ao lado do marido - o juiz federal Newton Ramos Neto -, um grupo de amigos para experimentar os quitutes do novo cardápio do seu restaurante Maracangalha, no acobedado salão de eventos da casa decorada com muitas telas do artista plástico Fransoufê, tendo como cenário a bela vista da Lagoa da Jansen.

Comida brasileira com técnicas francesas é a proposta do no-

vo chef da casa, Júnior Nascimento, oriundo de um longo aprendizado no Capim Santo de São Paulo, restaurante que adota a gastronomia brasileira contemporânea como opção. O chef Júnior opta pela utilização de produtos naturais, sem conservantes, utilizando temperos brasileiros e técnicas francesas. Daí resultam criações inovadas, como as entradas: croquete de milho com chutney de acerola, bolinho de feijoada, pastel de vatapá. Ou os pratos principais: moquequinha

de pescada e medallão de filé com crosta de castanha do Pará. Sem falar nas sobremesas exóticas, como o petit gâteau de açaí com sorvete de tapioca.

E com essa releitura de comidas típicas brasileiras e francesas, os convidados foram brindados com uma sinfonia de cores e sabores, regada a bons vinhos e espumantes que, além de estimularem as conversas, contribuíram para criar uma atmosfera de extrema simpatia enquanto durou a agradável noitada.



Camila Ramos, Silvio Aguiar, Mariléa Costa e Reginaldo PH, Milen Gedeon e destaque do Cardápio: bolinho de feijoada e bolinho de vatapá



Carlos Santana Lopes e Anaísa Santana



Antônio e Walter Cruz



Raimundo Ramos e Tereza Silva



Newton Ramos Neto e Camila com Raimundo Ramos e Silvio Aguiar



Maria das Graças e Norberto Duarte Mendes

Adeus, prof. Cândido José Martins de Oliveira!

Prof. Cândido foi uma pessoa marcante, que viveu intensamente, enfrentando com altivez os obstáculos impostos pela vida, os quais superou com muito brio. Pessoa de origem humilde, desde muito cedo percebeu que somente através dos estudos e do trabalho árduo teria a possibilidade de vencer.

Foram muitas as superações, à luz de elevados valores que sempre pautaram a sua existência. Honradez, firmeza de caráter, honestidade e dedicação ao trabalho, marcas de sua trajetória, foram transmitidos, por meio de exemplos diários, a seus filhos, alunos e a quem mais teve a alegria de com ele conviver.

Era pessoa encantadora, bem-humorada e muitíssimo afetuosa.

Iniciou a vida prestando pequenos labores, na luta pela sobrevivência, chegando a trabalhar como engraxate. Lutou, estudou e paulatinamente galgou muitas vitórias, frutos do seu resignado desejo de vencer na vida.

Como Procurador do Estado e advogado atuou com denodo, respeito pelos seus constituintes e pelas instituições, além de permanente e inafastável correção. Nesse mister, dele tomei

muitas lições, que até hoje pautam, em larga medida, minha atuação como advogado.

Como magistrado sempre atuou com enormes retidão e independência, qualidades por todos reconhecidas nas várias comarcas em que atuou, desde a distante Montes Altos, no sul do Estado, até São Luís.

Como professor, foi especialmente brilhante.

Aliás, não obstante as diversas outras relevantes funções e cargos por ele exercidos – na Universidade Federal do Maranhão, foi Diretor de Orçamento; na extinta TELMA, gestor de RH; além de Procurador do Estado, Advogado e Magistrado –, penso que mais o tenha realizado o sacerdócio do magistério. Foi mestre de gerações que, ao longo de toda a semana que se seguiu ao seu falecimento, manifestaram-lhe enorme

consideração.

Os primeiros registros que tenho de seu exercício no magistério já vão bem longe, no prestigiado Colégio São Luís. Mas foi no Curso de Direito da UFMA que com mais ênfase atuou e foi reconhecido como o grande mestre que era. Diversas turmas homenagearam-no como professor, paraninfo e também adotando-lhe o

nome. Lá, teve centenas de alunos e também conquistou muitas amizades.

Tive-o como orientador de monografia de conclusão de curso, oportunidade em que testemunhei sua condição de verdadeiro Cientista do Direito, intelectual amplamente gabaritado, inclusive para além dos lindes jurídicos.

Viveu de modo muito singular, transformando vidas, despertando vocações, enfim, orientando e influenciando pessoas.

Penso que muito diminuta seria a nossa existência se estivesse limitada ao corpo que ocupamos em nossa vida terrena. Somos mais do que apenas isso; somos valores, somos sentimento, somos espírito, que nos eternizam, mesmo quando transcendemos nossa vida nesse mundo.

Tenho certeza de que o vazio da perda, que hoje sentimos, será logo sucedido pela serena lembrança do ser humano extraordinário que ele foi; não de um mito, indene de falhas, mas de um homem especial que viveu muito intensamente as várias facetas da vida. Alguém de plantou, semeou e cultivou o amor, em casa, no trabalho, em sala de aula. Amou, e soube amar intensamente.

Deixou-nos sem saber que ganharia mais um neto, de sua Flávia e Gabriel. Que esse neto, como todos os seus filhos, possam viver intensa e apaixonadamente como seu pai e avô.

Fica a saudade, querido Professor Cândido, mas também, e principalmente, os exemplos, os valores e o amor, plantado e semeado, para a nossa colheita.

.....
Advogado

Era pessoa encantadora, bem-humorada e muitíssimo afetuosa

Protesto

Às 9h deste domingo, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) e os servidores do Poder Judiciário promoverão um ato público na Avenida Litorânea. De acordo com os manifestantes, a atividade é em defesa do funcionalismo público, que, na opinião deles, está abandonado pelo Governo do Estado e pela suplementação orçamentária necessária para o pagamento das perdas inflacionárias e da Gratificação por Produtividade Judiciária.

EDUCAÇÃO

Monção terá que cumprir decisão do TJ

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram decisão liminar que obriga o município de Monção a promover a inclusão de crianças e adolescentes do Povoado Serdote, na rede municipal de ensino público, disponibilizando local adequado para o funcionamento de uma escola na localidade. O município terá o prazo de 30 dias para cumprir a decisão, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

O Ministério Público Estadual (MPMA) ajuizou ação civil pública contra o Município, juntando provas e declarações de moradores do povoado, informando que o Município teria alugado uma residência de alvenaria para abrigar a escola, tratando-se de local insalubre onde funcionaria uma usina de arroz e, anteriormente, uma criação de porcos, permanecendo forte odor dos animais.

Relatório elaborado pelo MPMA disse, também, tratar-se de escola com apenas uma sala de aula com energia elétrica, carteiras e lousa, e uma cozinha, onde é preparada a merenda e depositados materiais

escolares e utensílios de cozinha, não possuindo banheiro.

Em recurso contra a decisão, o Município alegou impossibilidade material de cumprimento da ordem, por indisponibilidade orçamentária e inexistência de imóvel apropriado no povoado. Afirmou, ainda, que a ordem judicial caracterizaria indevida intervenção do Judiciário em atos administrativos discricionários.

O relator do recurso, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, rejeitou as alegações do município, destacando que a Constituição Federal conferiu direitos às crianças e adolescentes com absoluta prioridade, dentre eles, o da educação, de modo que as políticas públicas devem ser efetivadas nesse sentido.

Ressaltou, ainda, que o Poder Judiciário pode determinar o cumprimento das obrigações constitucionais aos entes públicos, para obediência de prestações referentes aos direitos sociais, não se tratando de invasão ao poder discricionário do Executivo. “Em situações excepcionais como esta, não há violação ao princípio da separação dos poderes”, avaliou.



Em situações excepcionais como esta, não há violação ao princípio da separação dos poderes

Antonio Guerreiro Jr.,
desembargador

TJMA discute com parceiros próxima edição do Balcão de Negociação

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está reunindo-se com instituições parceiras para organizar detalhes sobre a próxima edição do “Balcão de Renegociação de Dívidas”, prevista para acontecer no mês de junho, pela segunda vez, em São Luís, e pela terceira, no Estado.

A ação integra o programa ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, de iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, cujo entendimento é de que a conciliação é a melhor via para permitir a repactuação de dívidas. O programa visa ampliar as oportunidades de conciliação entre empresas e clientes dos mais diversos segmentos do mercado, evitando o superendividamento e estimulando o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

Nessa segunda (25), o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo, reuniu-se com o presidente do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/MA), Duarte Júnior. Na última semana,

Alexandre Abreu e o presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, estiveram reunidos com os presidentes da Associação Comercial (ACM), Luzia Rezend, e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Thiago Diaz, para fortalecimento das parcerias e discussão de vários projetos.

“Queremos incentivar a cultura da negociação direta, assegurando ao cidadão a oportunidade de saldar seus débitos com condições diferenciadas, por meio do diálogo entre as partes, contribuindo para que ele resgate a condição de consumidor sem restrições. Para isso, precisamos do apoio incondicional dos parceiros”, assinala Alexandre Abreu.

Conciliação – Durante os encontros, também foram discutidos temas como a instalação de um centro de conciliação no Viva Cidadão e de uma Câmara de Conciliação e Mediação, na OAB; fortalecimento da parceria com a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem da ACM; cooperação no estímulo aos

advogados, em relação ao uso dos meios adequados de solução de conflitos; formação de turmas de conciliadores e mediadores na OAB e incentivo à formação de instrutores próprios.

Balcão – A última edição do Balcão de Negociação, realizada no mês de março, em Imperatriz, renegociou mais de R\$ 4 milhões em dívidas entre clientes, empresas e instituições, totalizando R\$ 2 milhões em acordos (1.112), firmados durante o evento. Já a primeira edição, em São Luís, em dezembro do ano passado, renegociou mais de 10 milhões.

Reunião – No dia 10 de maio, o Núcleo de Solução de Conflitos irá se reunir, às 15h, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), com empresas e instituições interessadas em renegociar dívidas dos cidadãos.

Para mais informações, entrar em contato com a Coordenação de Mediação e Conciliação do TJMA, pelo telefone (98) 3198.4558 ou pelo email conciliar@tjma.jus.br. (*Amanda Campos / Assessoria de Comunicação do TJMA*)

Juiz José Ribamar Serra responde pela 4ª Vara Cível de Imperatriz em lugar de Marcelo Testa Baldochi

Divulgação



A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, designou o juiz de Direito José Ribamar Serra, titular da 3ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, para responder pela 4ª Vara Cível da mesma comarca, a partir de 28/04/2016, até ulterior deliberação. Serra substitui o juiz de Direito Marcelo Testa Baldochi, afastado das funções pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme decisão cautelar nos autos de Reclamação Disciplinar, em 27.04.2016.

Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são condenados em Pio XII

Pág - 3

Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são condenados em Pio XII

Uma decisão prolatada nesta quinta-feira (28) pelo juiz Raphael Leite Guedes condenou três membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Pio XII. A ação foi movida contra Pedro Lopes de Oliveira Filho, Paulo Gustavo da Conceição e Ivanice Maria de Lima Silva. Consta na denúncia que eles violaram os princípios da legalidade e da moralidade administrativas, bem como o dever de imparcialidade.

Versa o Ministério Público que Pedro Lopes e Paulo Gustavo manifestaram apoio com pedido expresso de votos para eleger Conselheira Tutelar do Município de Pio XII, no caso Ivanice Maria de Lima, fatos violadores das normas da probidade administrativa que deve nortear todo o serviço público, conforme comprovado através das inúmeras provas dos autos e depoimentos colhidos.

“Outrossim, restou com-

provado que a demandada Ivanice recebeu apoio do Presidente e Membro integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acima mencionados, inclusive com pedido de votos e promoção da candidatura da demandada, fatos graves que merecem guarida pelo Poder Judiciário, haja vista a violação expressa do Art. 8 da Resolução nº 170 do CONANDA e prática de ato de improbidade administrativa, na medida em que se beneficiou do ato ímprobo praticados pelos agentes supramencionados, também praticando o ato de improbidade administrativa”, destaca a sentença.

Consta nos autos que Pedro Lopes de Araújo, em reunião com o promotor de justiça de Pio XII, afirmou que pretendia apoiar um candidato, sendo que na ocasião foi alertado da vedação pelo representante do Ministério Público. Ainda assim, ele pra-

ticou a conduta ímproba, de modo a configurar o evidente dolo na prática da conduta proibida pela lei. O magistrado ressalta que houve diversas violações ao art. 1 da Lei 8.429/92, com flagrante afronta aos princípios da administração pública da honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.

Por fim, julgou procedente o pedido do MP e condenou Pedro Lopes de Oliveira Filho, Paulo Gustavo da Conceição Araújo e Ivanice Maria de Lima Silva por violação à Lei 8.429/92, à luz das argumentações acima aduzidas. “Tendo em consideração a gradação da improbidade praticada, sua repercussão no Município de Pio XII/MA, bem como as demais diretrizes normativas gravadas no artigo 12, inciso III e parágrafo único da Lei 8.429/1992, aplico ao demandado as seguintes penalidades: Suspensão dos direitos políticos pelo período de 05 (cinco) anos e

multa civil a ser aplicada a cada um dos demandados Pedro Lopes e Paulo Gustavo no valor correspondente a 50 (cinquenta) vezes o valor da remuneração mensal percebida à época dos fatos, enquanto membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA”, sentenciou.

Os dois estão, ainda, proibidos de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 03 (três) anos. A multa civil deverá ser revertida em favor do Município de Pio XII/MA, nos termos da Lei 8.429/92. “Ressalto que a suspensão dos direitos políticos determinada por este juízo de direito só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos do art. 20 da Lei nº. 8.429/92”, finalizou.

TJMA inaugura novo Fórum de Matões nesta segunda-feira

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, inaugura na próxima segunda-feira (2), a partir das 10h, o novo Fórum da Comarca de Matões (a 476 km da capital), integrante do polo de São João dos Patos, na região Leste do Maranhão.

Com 800 metros quadrados de área construída, o fórum - situado na Rua Sérgio Pereira, s/n, bairro Matadouro – atenderá mais de 33 mil habitantes do município.

As novas instalações, com

pavimento térreo, têm estrutura para abrigar uma unidade jurisdicional, com salas de distribuição e protocolo, para oficiais de justiça e OAB, Salão do Júri e anexos, com capacidade para 110 lugares (incluindo pessoas com necessidades especiais).

O fórum foi denominado de “Dr. José Ribamar Elouf”, em homenagem ao renomado advogado e ex-deputado estadual. Já o Salão do Júri receberá o nome de “Mário Alves de Carvalho”, homenageando o primeiro advogado da comarca.

DIA DAS MÃES

A Assembleia realizou, por intermédio do Grupo de Esposas dos Deputados (GEDEMA), na sede da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no bairro do Calhau, uma grande festa em Comemoração ao Dia das Mães. A cantora Fernanda Garcia e banda animaram a bonita festa que reuniu centenas de mães servidoras da Assembleia Legislativa do Maranhão. A Diretora de Desenvolvimento Social do GEDEMA, Silvana Leal, representou a Dra. Cleide Coutinho, presidente dessa entidade, que por motivo de força maior não pode comparecer.

A espada de Dâmocles e os patachos de Flávio Dino

Se não é a espada de Dâmocles que paira inexorável sobre a cabeça da ex-governadora Roseana Sarney, pairam os patachos da Lava Jato, da Secretaria de Controle e Transparência do Governo Flávio Dino, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, da PF, da hoje livre Polícia Civil do Maranhão, da Controladoria Geral da União e da Corregedoria do Estado. Praticamente no mesmo dia, enquanto o Ministério Público Estadual denunciava Roseana Sarney e mais 15 pessoas por crimes cometidos contra a saúde pública, como desvio de verbas para enriquecimento ilícito e financiamento de campanhas eleitorais, a força tarefa da Operação Lava Jato dava parecer favorável ao compartilhamento de provas para investigação interna, especialmente um grampo do doleiro Alberto Youssef, com a Corregedoria Estadual do Maranhão. No grampo, as conversas sobre a fraude em torno de um precatório no governo do Estado, o esquema pelo qual figuras pronunciadas do governo Roseana dividiriam R\$ 3 milhões em propina de uma mala preta que teria sido despachada no Hotel Luzeiros. A grande beneficiária do esquema era a UTC/Constran, do delator Ricardo Pessoa, hoje nas celas da Polícia Federal.

Para quem não lembra, Dâmocles era um cortesão bajulador que dizia que o tirano Dionísio, de Siracusa, era um grande homem, de poder e autoridade e verdadeiramente afortunado. Dâmocles acabou se tornando ele mesmo um tirano, quando, assim como Roseana, foi servido em ouro e prata, atendido em suas menores vontades, só que o tempo todo com uma espada a ponto de atingi-lo sobre a cabeça. Roseana só o que quer é escapar da espada da Justiça, daí o seu empenho pelo impeachment de Dilma Rousseff, uma forma de conquistar o foro privilegiado que hoje faz falta a muita gente.

Como Dâmocles, Roseana se sente insegura com o pêndulo desses facões a ameaçá-la, independente do resultado do impeachment, com investigações que a alcançam da esfera estadual à esfera federal e detonam suas pretensões ministeriais. Principalmente porque sabe que os facões do governo Flávio Dino costumam cortar fundo na carne dos Sarney e com ele não há negociação possível. Até porque representa a derrocada do grupo Sarney e uma mudança de métodos e modelo políticos no Maranhão.

Para frustrar ainda mais as pretensões ministeriais foreiras de Roseana Sarney, o próprio secretário de Comunicação e Assuntos Políticos do Governo Flávio Dino, Márcio Jerry, veio a público dizer que não acredita que, na eventualidade de Michel Temer assumir a Presidência da República, desencadeie uma perseguição contra o Maranhão e o seu povo. Só o que se tem como certo nisso tudo é a situação de “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”, da ex-governadora, pois se escapar das espadas do Governo Federal, não escapa dos facões do Governo Estadual.

• O juiz Rômulo Lago informou, ontem, que o expediente será suspenso, segunda-feira, em Cândido Mendes, devido o feriado pela passagem do aniversário de emancipação política de Cândido Mendes.

Vamos fazer um levantamento nas varas judiciais para identificar os processos que estão no teto do valor estipulado. Os devedores serão notificados a pagar e, não pagando, serão protestados. Esse processo, no momento que for para protestar, será baixado e arquivado definitivamente”, explicou a juíza Sônia Amaral.

De mudança

Ao proferir palestra, ontem, na Assembleia Legislativa, no seminário organizado pela Fundação Leonel Brizola, instituição ligada ao PDT, sobre as mudanças na legislação eleitoral, o ex-juiz Marlon Reis anunciou que está de mudança para a capital federal, onde pretende se estabelecer e trabalhar como advogado.

Reis, que deixou a magistratura na última segunda-feira e tenta reaver sua carteira da OAB para voltar a advogar, adiantou, no entanto, que a luta contra a corrupção continua, e que apenas será transferida da AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

- O presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Carvalho Cunha, inaugura, segunda-feira, o Fórum da Comarca de Matões, que atenderá mais de 33 mil habitantes do município.

Desembargador Marcelino Everton responde pelo plantão de 2º Grau até domingo

O desembargador Marcelino Everton (4ª Câmara Cível do TJMA) responde pelo plantão judiciário de 2º Grau até domingo (1º). O plantão aprecia matérias de urgência, como decretações de prisão, mandados de segurança e medidas que envolvam grave risco à vida e saúde das pessoas. Os servidores plantonistas são Raimundo Nonato Conceição e José de Jesus Costa, que atenderão pelo número (98) 98815-8344. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento das ações ao desembargador de plantão.

Protesto fiscal poderá ser alternativa à cobrança de dívidas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu-se com o procurador Geral do Estado, Rodrigo Rocha, a procuradora de Execução Fiscal do Município de São Luís, Anne Carole Fontenelle, representantes da Fazenda Pública estadual e municipal e magistrados para discutir a utilização do protesto fiscal como medida alternativa para a cobrança de dívidas públicas, em casos de créditos com valores de até R\$ 5 mil. O protesto fiscal é a modalidade de cobrança de dívidas públicas pelos cartórios extrajudiciais – prevista na Lei Federal 9.492/97 -, normalmente utilizado para cobrança de dívidas como IPTU e ISS.

Aposentado faz reconhecimento de paternidade de cinco filhos adultos

O aposentado José de Ribamar Silva, 75, morador de São Luís, procurou espontaneamente o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio do projeto “Reconhecer é Amar!”, para fazer o reconhecimento de paternidade de cinco filhos, todos adultos. Presentes na audiência, realizada na última segunda-feira (25), os filhos e também a mãe que mora no município maranhense de Alcântara. Visivelmente emocionados, após a audiência todos saíram juntos e foram para a casa do pai, no bairro Jaracati. “Foi uma emoção muito grande. Não ter o nome do nosso pai na certidão de nascimento é como se estivesse faltando um pedaço da gente. Se já o amávamos, com esse gesto dele passamos a amar mais ainda”, afirmou a feirante Célia Regina Diniz, uma das filhas que teve a paternidade reconhecida. “Agora temos também os nomes dos nossos avós paternos”, completou. Ela conta que os pais

conviveram por 18 anos e quando se separaram os cinco filhos eram todos pequenos. Após a separação, a mãe Silvestrina Rosa Diniz registrou todas as crianças sem o nome do pai. José de Ribamar Silva mudou-se para São Luís e depois trouxe os filhos Célia Regina e José Carlos Diniz para morar com ele. A mãe continuou residindo em Alcântara, com as outras três crianças: Miriam, Francisca e Inocênio Diniz. Os pais formaram novas famílias e tiveram, cada um, outros cinco

filhos. “Ao todo somos 15 irmãos”, disse. Os filhos afirmam que após a separação, José de Ribamar Silva quis reconhecer a paternidade de todos, mas houve resistência por parte da mãe. Mesmo após adultos, eles não buscaram o reconhecimento da paternidade para não contrariar a genitora. “Respeitamos a vontade dela, mas graças a Deus agora nossa mãe aceitou e realizamos esse desejo que era de todos nós”, garante Célia Regina Diniz. RECONHECER É AMAR Desde o dia 15 de março deste ano, as audiências de reconhecimento de paternidade, por meio do Projeto Reconhecer é Amar, passaram a ser realizadas pelo 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de São Luís, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa. Em menos de um mês já houve 12

audiências. A secretária do centro, Bruna Diniz, explica que as audiências podem ser marcadas pelo site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), no link conciliação, ou pessoalmente no CEJUSC (Av. Prof. Carlos Cunha s/n-Calhau). Mas o acordo também pode ser feito na hora, sem agendamento, desde que as partes estejam presentes - incluindo o suposto pai - e com todos os documentos em mãos. O atendimento ao público para informações e procedimentos iniciais é diário, no horário comercial, das 8h às 18h. As audiências são realizadas pelos conciliadores do centro e o acordo firmado entre as partes é encaminhado para uma das sete Varas da Família para ser homologado pelo juiz. Informações sobre o projeto podem ser fornecidas pelo Telejudiciário (08007071581) – a ligação é gratuita.

Ato do Sindjus na Litorânea

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) e os servidores do Poder Judiciário realizam neste domingo (1º), Dia do Trabalhador, a partir das 9h, ato público na Avenida Litorânea, na Praia de São Marcos, em frente à barraca “Alô, Alô Marciano”. Os servidores irão protestar pela garantia da reposição constitucional e anual das perdas inflacionárias, valorização dos servidores admitidos por concurso público, redução dos cargos comissionados, democratização da justiça e a eleição direta para presidentes dos tribunais.